



Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Síntese da ATA da 21.^a Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Norte de Minas do Conselho de Política Ambiental - COPAM no Garden Clube

Av. Pedro Mineiro, 600 – Centro – Capitão Enéas - MG

1. Aos 16 dias de maio de 2006, reuniu-se a URC - Unidade Regional Colegiada do Norte
2. de Minas no Garden Clube - Av. Pedro Mineiro, 600 – Centro – Capitão Enéas - MG.
3. Participaram os seguintes membros Conselheiros Titulares e Suplentes: como
4. Presidente, o Secretário Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável,
5. Shelley de Souza Carneiro; Secretária Extraordinária para o Desenvolvimento dos
6. Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas: Titular – Conselheiro Carlos
7. Fernando Amaral; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
8. Renováveis – IBAMA: Titular – Ney Magalhães Barbalho; Polícia Militar de Minas
9. Gerais: Suplente: Major PM Jorge Bonifácio Oliveira; Procuradoria Geral da Justiça:
10. Titular – Paulo César Lima; Microrregiões da Área Mineira de SUDENE, do Baixo
11. Jequitinhonha e do Médio Jequitinhonha: Suplente: Dalton Soares Figueiredo –
12. Representante da Prefeitura de Pirapora; Suplente: Paulo Ribeiro – Secretário de Meio
13. Ambiente de Montes Claros; Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais –
14. FAEMG, atuante na região de abrangência: Suplente – Alexandre Machado Pinto;
15. Representante de Entidades Cíveis representativas de Categorias de Profissionais
16. Liberais, ligadas à Proteção do Meio Ambiente, atuante na região de abrangência:
17. Titular: Mônica Maria Ladeia; Representante de Organizações Não-Governamentais,
18. legalmente constituídas no Estado de Minas Gerais para Proteção, Conservação e
19. Melhoria do Meio Ambiente, atuante na região de abrangência: 1º Titular: Eduardo
20. Gomes de Assis – Coordenador Técnico do Instituto Grande Sertão; Damastor Alves
21. de Souza, Presidente do Grupo Ecológico Campista de Monte Azul; Cientistas,
22. Tecnólogos, Pesquisadores ou Pessoas de notório saber, reconhecidamente dedicados
23. às atividades de preservação do meio ambiente e à melhoria da qualidade de vida,
24. atuante na região de abrangência: Suplente – João Carneiro Filho - CEFET/Januária.
25. Estiveram também presentes o Superintendente de Política Ambiental, Dr. Rogério
26. Noce, a Coordenadora do NARC/Norte de Minas, Maria Cláudia Pinto, a advogada
27. Carolina Fagundes Carvalho, responsável pelo Setor Jurídico da URC/COPAM Norte
28. de Minas, além de técnicos dos órgãos envolvidos.
29. **Item 1 - Execução do Hino Nacional.**
30. **Item 2 – Abertura. O Presidente da URC/COPAM Norte de Minas, Secretário-**
31. **Adjunto de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Dr. Shelley**
32. **de Souza Carneiro** diz do prazer de estar em Capitão Enéas e agradece ao Prefeito
33. Reinaldo Teixeira pelo apoio que deu ao NARC para que fizesse esta reunião.
34. Agradece também ao Deputado Carlos Pimenta por sua participação nesta reunião. Diz
35. que a presença do Deputado não é apenas uma participação no Copam, mas está
36. constantemente dialogando sobre os problemas do Norte de Minas, procurando
37. equacionar os mais delicados, procurando uma solução conjunta a fim de que o
38. desenvolvimento sustentável ocorra também nesta região de Minas Gerais. Para que o



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

39. Prefeito e o Deputado conheçam o COPAM do Norte, pede que os Conselheiros se
40. apresentem. Afirma que, com a regionalização realizada, traz para aqui a
41. responsabilidade dos licenciamentos e a discussão dos problemas regionais. Com o
42. aperfeiçoamento do sistema de informática através do SIAM, consegue-se mais
43. vislumbrar esta região e todas as regiões de Minas e mais fácil de torna a participação
44. de todos em cada região. Lembra que muitas cidades (15 ou 16) já foram visitadas
45. nessa atividade itinerante e agora é a vez de Capitão Enéas expor seus principais
46. trabalhos na área ambiental. Ressalta o esforço feito para internalizar a outorga
47. ambiental em Minas Gerais. Era feita pelo IGAM em Belo Horizonte. Hoje, depois de
48. um ano e meio de trabalho, começou-se a fazer o trabalho em linha através da
49. Superintendência Regional, num prazo muito curto, por pessoas treinadas tanto para
50. água subterrânea quanto para água superficial. Essa é uma maneira de simplificar e
51. agilizar o processo de licenciamento ambiental no estado. Diz ainda que com o balcão
52. único já se faz “on line” o FCEI e se obtém o FOB. Informa que, gradualmente, até o
53. dia 15 de junho, todos tipos de processo estarão abrangidos dentro do soft. Isso traz
54. modificações profundas no sistema e exigirá adaptações, ajustes, problemas pontuais,
55. mas o processo básico está montado à disposição de toda a população, principalmente
56. o setor produtivo, que é o maior usuário do licenciamento do estado. Destaca a riqueza
57. das reuniões e mostra a presença de grande número de pessoas da cidade e diz que
58. gostaria que elas aproveitassem da reunião para conhecer como os licenciamentos
59. acontecem e participassem com perguntas aos Conselheiros no final da reunião. Mostra
60. que essa é a grande vantagem de uma reunião itinerante. Lembra ainda que os grandes
61. instrumentos de gestão que temos são o Conselho de Política Ambiental e o Conselho
62. Estadual de Recursos Hídricos. Diz que foi assinado o programa Vale Vivo, programa
63. de saneamento básico para mais de 90 municípios do Vale do Jequitinhonha, num
64. acordo entre a SEPLAG, a COPASA, com apoio da Secretaria de Meio Ambiente e
65. recursos do Banco Mundial. O Projeto foi lançado no BDMG, com a presença do
66. Presidente do BDMG, Dr. Romeu Scarioli, e vários Secretários. Diz ter-se assustado
67. com a degradação do rio em vários pontos, no momento em que estava vindo para esta
68. reunião. É preciso alguma interferência, algum ajuste para que se possa caminhar de
69. forma realmente sustentável. Agradece aos Conselheiros o empenho que têm tido nas
70. reuniões. Diz que muitas pessoas – mais de 20 pedidos foram feitos - têm manifestado
71. interesse em participar do COPAM, mas é difícil mudar o número de participantes.
72. Tem notado que algumas instituições têm faltado sistematicamente, e o estatuto prevê
73. que três faltas seguidas ou cinco intercaladas fazem com que as pessoas saiam do
74. COPAM e dêem lugar a outro. Pretende-se, em agosto ou setembro, fazer um ajuste
75. fino nesse problema para esperar a eleição que será no próximo ano, uma vez que o
76. tempo foi prorrogado de dois para três anos. Agradece às autoridades da região e
77. alunos presentes à reunião. Passa a palavra ao Deputado Carlos Pimenta. O **Deputado**
78. **Carlos Pimenta** diz-se muito à vontade e diz ainda que essa reunião é muito
79. significativa porque se está vendo o processo de descentralização das decisões do
80. COPAM, principalmente com pessoas ligadas ao Norte de Minas e que conhecem a
81. região. As decisões ambientais eram tomadas por pessoas que, embora imbuídas de boa
82. intenção, não conheciam o Norte de Minas. Ressalta a competência do Conselho para
83. tomar as decisões sobre os projetos em pauta. Diz que tem acompanhado decisões do
84. COPAM e percebido a sensibilidade em analisar os projetos. Destaca a importância da
85. aprovação do projeto da barragem do rio São João. Mostra a importância da



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

86. mobilização da sociedade para se alcançar o objetivo. Destaca a importância de esta
87. reunião estar sendo feita em Capitão Enéas, cujo prefeito valoriza o meio ambiente.
88. Destaca o grande desafio que é recuperar o rio Verde Grande, quase absolutamente
89. morto e que passa nos limites do município. Mostra a luta que tem feito para que a
90. COPASA cumpra suas obrigações de fazer o tratamento do esgoto sanitário de Montes
91. Claros. Faz homenagem ao Jornal de Notícias, de Montes Claros, que, há mais de
92. 3.000 dias, faz um chamado sobre a necessidade de se lutar pela preservação desse rio
93. da integração do Norte de Minas. Diz ainda que o problema da mata seca está
94. incomodando muito os produtores norte-mineiros e diz que se tem que chegar a um
95. consenso sobre isso. Ressalta que, enquanto todo o estado tem uma legislação única, o
96. Norte de Minas tem uma legislação à parte, que era regida por uma medida provisória,
97. sobre a qual a Assembléia chamou a atenção E agora vai a para a Casa o projeto de
98. regulamentação da Lei Florestal de Minas Gerais, para que se possa fazer uma
99. discussão conciliando a preservação do meio ambiente com a necessidade de um
100. crescimento organizado do Norte de Minas. Pede a participação do COPAM Norte
101. nessa discussão. Diz que não se resolve o problema da mata seca e do Norte de Minas
102. com decretos que venham a discriminar a região em relação ao estado como um todo.
103. Enquanto, no Sul de Minas, já destruíram quase todas as matas, o Norte de Minas ainda
104. tem sua preservação. E não se pode pagar uma conta pela destruição que aconteceu no
105. Sul de Minas. É preciso discutir isso. Pede que se coloque na pauta, para futura
106. discussão, um levantamento da legislação ambiental de Minas Gerais. Lembra que
107. existe uma lei de sua autoria que cria o Disque Denúncia de Agressão ao Meio
108. Ambiente, copiada por outros estados e sobre a qual nunca viu qualquer divulgação
109. desse número para a população. Muitas leis nunca foram regulamentadas. Diz que a
110. legislação ambiental mineira é exemplar e é copiada por outros estados. Coloca-se à
111. disposição para que se faça essa ampla discussão sobre a legislação. Diz esperar que
112. esta reunião possa acontecer em outras localidades do Norte de Minas para discutir
113. suas diversas realidades. Parabeniza o Prefeito Reinaldo Teixeira por ter entendido a
114. importância deste momento para Capitão Enéas. O **Presidente** agradece ao Deputado
115. sua participação na reunião e destaca sua luta diante dos problemas da região e sua
116. presença na discussão sobre a barragem do Pião. Espera sempre tê-lo junto ao
117. COPAM. Observa que a grande virtude do COPAM é a itinerância e muitas cidades já
118. sediaram as reuniões. Informa que o Governador Aécio Neves assinou a entrega de
119. veículos 4X4 para a Polícia Militar em regiões com maior deficiência. As cidades que
120. receberam foram: Bocaiúva, Janaúba, Taiobeiras, Buenópolis, Montes Claros. Após
121. novo levantamento, outros veículos serão distribuídos.
122. **Item 3 - Apresentação Institucional da Prefeitura Municipal de Capitão Enéas**
123. **Apresentação: Prefeito Municipal de Capitão Enéas.**
124. O **Prefeito Reinaldo Landulfo Teixeira** cumprimenta as autoridades e Conselheiros e
125. destaca a honra de sediar esta reunião do COPAM. Solicita a presença à mesa do Vice-
126. prefeito Paulo Abreu e do Presidente da Câmara, Vereador José Marley. Fala do
127. compromisso que tem de desenvolver os projetos ambientais. Ressalta a importância da
128. criação do CODEMA para a definição da política ambiental no município. Diz sobre
129. sua participação em diversas entidades como a AMAMS, Conselho Estadual de
130. Recursos Hídricos, Conselho Nacional das Cidades. Quer que Capitão Enéas seja um
131. município de referência na questão ambiental. Faz um relato comparando a situação em
132. que recebeu o município e a situação em que se encontra hoje nas diversas áreas. Fala



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

133. sobre plano municipal de saneamento e meio ambiente. Ressalta que Capitão Enéas
134. sofre muito com o esgoto de Montes Claros, com rio Verde em situação precária, e está
135. aguardando a definição da implantação de estação de tratamento de esgotos de Montes
136. Claros para que possa melhorar a qualidade de água no município. Destaca a criação do
137. CODEMA; o trabalho para a implantação da APA Verde Grande de Capitão Enéas;
138. criação de viveiro de mudas para restabelecer a mata ciliar dentro do município; a
139. realização de uma expedição, do rio São Domingos ao Quemquém, para percorrer e
140. monitorar a bacia do rio Verde dentro do município e definir as áreas de mata ciliar e
141. de topo. Outro aspecto que destaca é o saneamento em si: esgoto, água, resíduos e
142. drenagem. São problemas que têm que ser resolvidos, muitos já encaminhados e
143. recursos já assegurados. Informa ainda sobre o projeto das estradas ecológicas.
144. Apresenta o Plano Diretor de Limpeza Urbana. Passa a palavra ao Secretário
145. Municipal de Planejamento **Valter Abreu** que apresenta o **Projeto Lenha Legal**, de
146. cunho ambiental e social. Em seguida, **Reinaldo Duque Brasil**, mestrando em
147. Ciências Biológicas, na UNIMONTES, apresenta o trabalho feito como monografia
148. para graduação na Universidade de Viçosa em parceria com o município de Capitão
149. Enéas: **Uso dos recursos vegetais e alternativas para conservação das matas secas**
150. **caatingas em Capitão Enéas, Norte de Minas**. O **Prefeito** encerra as apresentações
151. colocando o município à disposição e dizendo-se envaidecido com as propostas. O
152. **Presidente** parabeniza pelas apresentações e diz que é preciso repassar essas idéias e
153. fazer intercâmbio de projetos tão interessantes. Diz ainda que, quando há
154. comprometimento com as causas ambientais, as soluções aparecem. Dando seqüência à
155. pauta, passa ao Comunicado dos Conselheiros.
156. **Item 4 - Comunicado dos Conselheiros**
157. O **Conselheiro João Carneiro**, representante do CEFET/Januária, informa que, no dia
158. 25 próximo, haverá um evento promovido pelos alunos do Curso Técnico em Meio
159. Ambiente, do CEFET. Será um dia comemorativo do meio ambiente, com diversas
160. atrações. Faz convite à presença de todos os Conselheiros. O **Conselheiro Paulo**
161. **César**, da Promotoria do São Francisco, agradece ao Prefeito Reinaldo Teixeira o
162. apoio dado na implementação da primeira etapa do Programa de Gestão Municipal
163. Ambiental para os municípios do Norte de Minas. Informa que, no encontro realizado
164. nos dias 28, 29 e 30 de março, em Montes Claros, com o apoio da AMAMS, através do
165. Prefeito, conseguiu-se a assinatura de cerca de 28 Termos de Ajustamento de Conduta
166. com prefeituras da região para implementação do sistema municipal de gestão
167. ambiental. Como primeiro resultado prático destaca o CODEMA de Capitão Enéas.
168. Diz para os conselheiros do CODEMA que eles são os atores mais importantes em
169. matéria ambiental nesse país. Do ponto de vista da legalidade, a competência do
170. município em matéria ambiental é o mais importante e o Conselho tem que ajudar o
171. Prefeito a implementar essas competências municipais. Diz que a palavra é estudar,
172. treinamento. E sugere que aproveitem com o Conselheiro Paulo Ribeiro, que está
173. abrindo as portas do CODEMA e da Secretaria de Meio Ambiente de Montes Claros
174. para esse treinamento. Informa a criação, no Norte de Minas, do GDA, Grupo de
175. Combate aos Delitos Ambientais, formado recentemente em parceria com a Polícia
176. Ambiental, Polícia Civil, IBAMA, IEF, Ministério Público/Promotoria do São
177. Francisco e Superintendência da Receita Estadual do Norte de Minas. O Grupo se
178. reunirá constantemente para tratar estratégias com relação aos delitos ambientais no
179. Norte de Minas e, em especial, ao combate à máfia do carvão ilegal. Informa que a



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

180. idéia desse grupo surgiu da demanda da Superintendência da Receita Estadual, e há
181. uma preocupação principal com a evasão. São milhões de reais que estão sendo
182. evadidos. Haverá uma primeira ação integrada na sexta-feira, em Sete Lagoas, um
183. treinamento acerca do SIAM. Informa também que está sendo criado, no Norte de
184. Minas, o NIPAM – Núcleo Interinstitucional de Apoio a Projetos e Pesquisas
185. Ambientais – formado pelo Ministério Público, UFMG, UNIMONTES, Fundação
186. Santo Agostinho e com apoio de uma rede internacional de pesquisa com relação à
187. mata seca, com profissionais do Canadá, do México e da Costa Rica. O objetivo é
188. internalizar no âmbito das universidades as demandas locais para pesquisa. Com
189. relação à manifestação do Deputado sobre leis que nascem mortas, informa que
190. recebeu um e-mail do Dr. Hugo Werneck convocando-o, e já passou a convocação para
191. o Conselheiro Dalton, para realizar um evento em Pirapora sobre a Lei de Veredas, que
192. tem 20 anos e que, na verdade, só existe no papel. A situação das veredas é
193. preocupante. Esse evento é importante para se exigir do Governo do Estado a
194. regulamentação da lei. O **Conselheiro Alexandre Machado Pinto**, da FAEMG, fala a
195. respeito manifestação pacífica, ordeira, que houve hoje em Montes Claros, SOS
196. Campo, dos produtores rurais, que integra o Dia Nacional de Protesto do Campo, em
197. face dos graves problemas que atravessa o agro-negócio, a agricultura, a pecuária e
198. toda sua cadeia produtiva. Enfoca três tópicos: endividamento rural, as estradas e as
199. questões ambientais. Destaca os problemas decorrentes das conseqüências do Decreto
200. 750, que transforma o Norte de Minas, a mata seca, em extensão territorial da mata
201. atlântica. Espera que essa situação se reverta o mais breve possível. O **Conselheiro**
202. **Paulo Ribeiro** cumprimenta o Prefeito e sua equipe pela realização desta reunião em
203. Capitão Enéas e, principalmente, pela criação do CODEMA. Reafirma o compromisso
204. da Prefeitura de Montes Claros de contribuir para a formação e treinamento da equipe
205. do CODEMA e coloca sua Secretaria inteiramente à disposição durante o tempo que
206. for necessário. Disponibiliza técnicos para virem fazer o trabalho no município.
207. Informa que o Ecocrédito já é realidade. Foi aprovado no dia 12 de abril, Lei nº
208. 3545/06. Diz ser surpreendente a quantidade de pessoas que procuram e municípios
209. que querem adotar, como Itabirito, Governador Valadares, Itabira. Quer que a lei seja
210. referência e seja melhorada por outros municípios. Informa que nesse primeiro ano vão
211. ser preservados 500 ha no município de Montes Claros. Cada hectare vai representar
212. R\$ 110,10 para o produtor que quiser fazer a parceria com Prefeitura preservando a
213. biodiversidade em sua propriedade. Informa ainda que, no dia 24 de maio estará na
214. Assembléia Legislativa apresentando essa proposta, havendo a possibilidade de se
215. fazer uma lei em âmbito estadual. Diz ainda que possa ser uma solução para o
216. problema da mata seca. O **Presidente** informa que essa idéia já saiu de Minas.
217. **Item 5 - Exame da ATA da 20º RO do dia 28/03/2006.** Colocada em discussão e em
218. votação, a ata é **aprovada**.
219. O **Presidente** propõe a inversão da pauta com a antecipação do item 8 em razão de os
220. técnicos da CEMIG estarem com vôo marcado em Montes Claros.
221. **Item 08 – Processo Administrativo para exame de Licença de Instalação “Ad**
222. **referendum” – Cemig Geração e Transmissão S.A – Linha de transmissão de**
223. **energia elétrica – Unai/MG – PA COPAM Nº 556/2004/002/2005 – Apresentação:**
224. **NARC NM**
225. A **Conselheira Mônica Ladeia**, da AREA, levanta questão com relação à
226. condicionante nº 2, que fala que o programa de educação ambiental será de 09 meses,



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

227. mas o prazo é de 05 meses. Questiona se o acompanhamento não deve ser de 09 meses.
228. O **Técnico Hélio** diz que no processo o prazo é de 05 meses, mas, se houver erro,
229. modifica-se. Pede o parecer do representante da CEMIG. O Presidente diz que o prazo
230. não é dado pela empresa, mas pelo Conselho. A justificativa deve ser dada pelo
231. técnico. A **Conselheira** diz que o acompanhamento deve ser feito durante todo o
232. projeto. Se ele é de 09 meses, o acompanhamento deve ser de 09 meses. O **Técnico**
233. informa que se baseou no cronograma físico colocado no processo. Concorde que pode
234. ser mudado. A **Conselheira Mônica Ladeia** alerta que na condicionante nº 5 se dá o
235. mesmo. O **Técnico** informa que houve um erro de digitação. Após debate sobre o
236. prazo de 09 ou 12 meses, a **Conselheira Mônica Ladeia** sugere que se coloque
237. “emissão de relatórios durante o prazo de execução”, não sendo necessário definir
238. prazo. O **Técnico** informa que o acompanhamento de fauna e flora já se iniciou e agora
239. tem-se a continuidade. Informa também que a emissão de relatórios já está na
240. descrição. A Conselheira concorda que já consta “relatórios”. O **Conselheiro Paulo**
241. **César Lima** sugere alteração na redação das condicionantes. Pergunta ao técnico quais
242. os programas implementados e sugere que se coloque “implementar e acompanhar o
243. programa” de forma geral em todas as condicionantes. O **Técnico Hélio** informa que
244. todas as condicionantes, com exceção das de nº 2, 4, e 6, já foram implementadas. O
245. **Conselheiro** sugere que se acrescenta nas três “implementar e acompanhar”. Questiona
246. ao técnico a respeito de eventual compensação ambiental da lei do SNUC, apesar de o
247. empreendimento estar classificado como de Classe 3, de médio porte e médio impacto
248. ambiental, se o impacto ambiental é relevante ou significativo no termo da lei do
249. SNUC para fins de compensação ambiental na Câmara de Compensação. Pergunta
250. também como está hoje a indenização das servidões. O **Técnico Hélio Moraes**
251. informa, quanto à faixa de servidão, que já houve negociação com todos, 100 %, já
252. tendo sido iniciada a implantação da obra. Informa também que o impacto vai ser
253. mínimo. É Classe 3 porque é 138kv, com baixa intensidade de irradiação e mínima
254. supressão de vegetação, 4,8 ha de supressão em 164km de linha. O **Conselheiro**
255. **Eduardo Gomes**, com relação à condicionante nº 8, que fala do acompanhamento das
256. prospecções, sugere que, além do IPHAN, também o IEPHA, instância estadual,
257. mesmo não havendo obrigatoriedade, receba os relatórios, porque, muitas vezes, os
258. levantamentos são feitos, ficam na instância federal e o estado não toma conhecimento.
259. Sugere que se acrescente: “sendo os relatórios enviados também ao Instituto Estadual
260. do Patrimônio Histórico de Minas”. O **Presidente** pergunta se a empresa gostaria de
261. se manifestar. Colocado em votação o processo é **aprovado** com as modificações
262. pedidas.
263. **Item 6 – Processo Administrativo para exame de Licença Prévia e de Instalação**
264. **de Ampliação – Somai Nordeste S.A – Avicultura de Postura – Montes Claros/MG –**
265. **PA Nº 12880/2005/001/2005 – Apresentação: NARC NM**
266. O **Conselheiro Paulo César Lima** diz que gostaria de propor uma condicionante em
267. razão do problema que se vem enfrentado com a SOMAI durante várias reuniões e com
268. a participação ativa da comunidade do entorno do empreendimento quanto à
269. proliferação de moscas. Informa também que foi procurado por um representante da
270. empresa falando do interesse da empresa de assinar um Termo de Ajustamento de
271. Conduta acerca de um programa que se está implantando, e representantes da
272. comunidade também o procuraram no mesmo sentido porque, mesmo com o programa
273. já implantado com a participação do COPAM, e que acreditam que vai funcionar,



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

274. sentem-se inseguros e querem uma garantia. Entende que a melhor garantia seria
275. colocar uma condicionante e propõe: “Apresentar projeto com cronograma de execução
276. acerca das medidas sócio-ambientais que serão implementadas junto às comunidades
277. do entorno do empreendimento para o enfrentamento do problema da proliferação de
278. moscas e melhoria das condições sócio-ambientais daquela região.” Informa que a
279. empresa já vem fazendo isso, mas com a condicionante se resolve de forma definitiva.
280. Sugere o “Prazo de 90 dias”. O Presidente diz que esse foi um projeto muito elogiado
281. porque se deu um enorme passo no COPAM para se conseguir o que se pretendia,
282. sobretudo interagindo a sociedade civil com a empresa, o que nunca tinha acontecido.
283. Colocado em votação, o processo Item 6 – Processo Administrativo para exame de
284. Licença Prévia e de Instalação de Ampliação – Somai Nordeste S.A – Avicultura de
285. Postura – Montes Claros/MG – PA N° 12880/2005/001/2005 – Apresentação: NARC
286. NM - é **aprovado**.
287. **Item 7 - Processo Administrativo para exame de Licença Prévia e de Instalação**
288. **“Ad referendum” – Prefeitura Municipal de Bocaiúva – Estação de Tratamento**
289. **de Esgoto** – Bocaiúva/MG – PA N° 22259/2005/001/2006 – Apresentação: NARC
290. NM
291. O **Conselheiro Damastor Alves de Souza**, do Grupo Ecológico Campista de Monte
292. Azul, afirma que “o tempo de detenção hidráulica é de três a seis dias”, a literatura,
293. porém, sugere para as lagoas anaeróbicas tempo de três a seis dias e, facultativas, de 15
294. a 45 dias. Questiona por que o sistema é de 2.5 e 11.5. O **Técnico Milton**, do NARC
295. Norte, diz que foi levantada essa questão, que foi colocada como observação. É
296. levantada na literatura por segurança, mas não quer dizer que tenha que ser obedecido.
297. Informa que a situação é bem favorável e foram acatados os valores sugeridos e diz não
298. ver impedimento. O **Conselheiro** contesta que nenhum dos dois pega nem o mínimo de
299. carga. O **Técnico** explica que pelos estudos apresentados pela localização dessa ETE,
300. que é muito boa, por isso não se colocou em questionamento esses parâmetros, porque
301. já o suficiente para atender a uma boa eficiência. O **Conselheiro Alexandre Machado**
302. **Pinto** questiona se, no projeto da ETE, não haveria necessidade de compor o risco
303. ambiental. O **Técnico Milton** informa que se trata de uma área rural distante
304. aproximadamente 2km do centro urbano, região favorável e que não oferece riscos.
305. Colocado em votação, o processo é **aprovado**.
306. **Item 9 - Processo Administrativo para exame de Licença de Operação “Ad**
307. **referendum” – Comercial MM Combustíveis Ltda.** – Postos revendedores, postos
308. de abastecimento, Instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de
309. combustíveis – Montes Claros/MG – PA N° 123/2004/003/2006 – Apresentação:
310. NARC NM
311. A **Conselheira Mônica Ladeia** observa que o CONAMA 20 já não é válido. Existe
312. uma nova lei, a 357/2005. Pede que se altere no processo. O **Presidente** concorda com
313. a observação. Colocado em votação o processo é **aprovado**.
314. **Item 10 - Processo Administrativo para exame de Licença de Operação Corretiva**
315. **– Repel Pneus Ltda** – Recauchutagem de Pneumáticos – Montes Claros – PA
316. COPAM N° 2421/2005/001/2005 – Apresentação: NARC NM
317. **Técnico Fabiano** sugere duas retificações no parecer: na página 4, o número da
318. Portaria do IGAM deve ser “668”; página 10, na condicionante n° 5, “prazo de 180
319. dias” em lugar de “90 dias”. O **Conselheiro Eduardo Gomes** pergunta por que 180
320. dias, se a empresa já está em funcionamento. O **Técnico** informa que a empresa está



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

321. solicitando a Licença de Operação Corretiva para obter financiamento no Banco do
322. Nordeste e fazer a modificação física da empresa. Como haverá instalação de uma nova
323. cabine de colagem e de acordo com a norma americana para medir a concentração de
324. compostos orgânicos voláteis, sugere-se 180 dias como tempo necessário para testes e
325. medições. A **Conselheira Mônica Ladeia** sugere que, além do relatório inicial de 180
326. dias, se coloque uma frequência anual ou semestral. O **Técnico** diz que, no
327. monitoramento, pede a medição anual. Colocado em votação, o processo é **aprovado**.
328. **Item 11 - Processo Administrativo para exame de Licença de Operação Corretiva**
329. **– Adelino Jacomini e outros/ Fazenda Terra Nova – culturas anuais – Bonfinópolis**
330. **de Minas/MG - PA COPAM N° 90727/2004/0001/2004 - Apresentação: IEF - Pedido**
331. **de vistas conselheiro Paulo César Lima.**
332. O Conselheiro Paulo César Lima diz que, ao pedir vista do processo, sua intenção era
333. fazer uma vistoria no processo a fim de sanar dúvidas que surgiram na análise do
334. procedimento, dos pareceres técnico e jurídico apresentados. Diz ter sido combinada
335. uma vistoria “in loco” com o IBAMA, mas, em razão da greve nesse órgão, não foi
336. possível realizá-la, não sendo possível assim trazer sugestões de condicionantes para o
337. enfrentamento da questão das eventuais omissões do procedimento e resolvê-lo nesta
338. data. Seu parecer é que não é possível uma esmerada análise de todos os aspectos do
339. procedimento de licenciamento. Primeiro, porque não há, nos autos, informação segura
340. acerca da existência de outorga no que tange ao barramento noticiado no laudo
341. fotográfico entregue no PCA. Detalha que há um pé de buriti com água pelo meio e
342. não se fala nem de barramento nem de outorga desse barramento. Além disso, há
343. informação da existência de um pivô central em processo de licenciamento..Questiona
344. qual licenciamento e onde. Justifica que, se se está licenciando a atividade de uma
345. fazenda, está implícito que essa questão do pivô central tem que estar prevista nesse
346. licenciamento que se está analisando. O PCA diz que está em licenciamento, mas não
347. informa onde. Informa, em segundo lugar, que não há nos autos cópia da certidão do
348. cartório de registro de imóvel acerca da reserva legal, havendo tão somente menção de
349. que a reserva legal inexistente. Alega que inexistente faticamente, mas questiona se, do ponto
350. de vista jurídico, há averbação da área no cartório de registro de imóvel e quando foi
351. feita. Essa informação não está no procedimento. Em terceiro lugar, não há informação
352. acerca do tipo de veredas que estão presentes na área do procedimento, o que
353. impossibilita a delimitação da área de proteção. Alega que isso não está claro no
354. procedimento. Em quarto lugar, o mais grave, não há informação acerca da época de
355. suprimimento da vegetação nativa na propriedade, para fins de verificação do disposto no
356. Art. 44 C, do Código Florestal Brasileiro, o que impede análise acerca do direito do
357. empreendedor à compensação da reserva legal na mesma micro-bacia. Critica também
358. a forma como foram colocadas as condicionantes. Cita a condicionante 8: “Caso haja
359. vereda na propriedade, deverá ser observado o que prescreve a lei...”. Questiona a
360. colocação “caso haja vereda”. Diz que no laudo vê o buriti. Pergunta se o técnico não
361. foi lá para afirmar se há ou não há vereda. Se o técnico fez a vistoria, ele tem que
362. afirmar se há ou se não há. Questiona a forma como foram postas as condicionantes,
363. que é uma forma não recomendável, como na Condicionante 1: “As recomendações
364. constantes do parecer técnico e não apresentadas como condicionantes deverão ser
365. observadas pelo empreendedor”. Diz que, se são condicionantes, devem ser
366. explicitadas, para se poder fazer a fiscalização posterior. Condicionantes implícitas só
367. dificultam, burocratizam e geram questão judicial contra o meio ambiente. Conclui



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

368. que, como está posto e, diante de tantas omissões, seu parecer é pelo indeferimento.
369. Mas, como os técnicos não estão presentes para esclarecer, sugere que se retire de
370. pauta e submeter a esclarecimentos, sobretudo com relação à questão da compensação
371. da reserva legal, informação do **Art, 46 C**, do Código Florestal. O Presidente diz que vê
372. uma série de dúvidas dos Conselheiros. A Superintendente Regional do Norte de
373. Minas, **Maria Cláudia**, informa que é a segunda vez que se tem problema com esse
374. processo que é do COPAM **SEACT**, de Belo Horizonte, do IEF. Sugere que se retire o
375. processo de pauta, faça-se uma cópia da ata desta reunião, e se propõe fazer um ofício
376. diretamente a ele, Presidente, para tomar alguma providência com relação a esse
377. processo. O **Presidente** diz que vai colocá-lo em diligência, porque a diligência o traz
378. de volta na próxima reunião, e quer, na próxima reunião, a presença do IEF para
379. defender ou justificar, porque existe uma série de colocações graves em termo deste
380. processo. Define que se **tire em diligência** e que, na próxima reunião, o COPAM e o
381. técnico específico estejam presentes para justificar junto aos Conselheiros e mostrar o
382. porquê desses erros todos. Diz ainda que se faça uma convocação da Secretaria para o
383. IEF e, se for necessário, que ele mesmo assina e encaminha para o Presidente do IEF.
384. Determina que se pautem o processo na próxima reunião em diligência para tirar todas as
385. dúvidas colocadas pelo Conselheiro.
386. **Item 12 - Assinatura do Termo de Posse dos Conselheiros do CODEMA do**
387. **município de Capitão Enéas.**
388. O **Presidente** diz que este é um momento muito importante para o Conselho, a posse
389. de um CODEMA com a participação do COPAM. Destaca que é um ato muito
390. importante, sobretudo levando-se em consideração a importância do CODEMA para o
391. município e para a região. Pede ao Prefeito que coordene a posse dos membros do
392. CODEMA. Após a posse, o **Presidente** parabeniza o CODEMA e destaca que ele é
393. uma parte importantíssima dessa rede ambiental. Coloca o sistema de treinamento do
394. NARC à disposição do CODEMA.
395. **Item 13 - Assuntos Gerais**
396. O **Conselheiro Damastor Alves de Souza** sugere que a primeira reunião do segundo
397. semestre seja realizada em Monte Azul. O **Presidente** diz que, em breve se estará lá.
398. Sugere que a reunião de Salinas seja na época do festival que lá se realizará. O
399. **Conselheiro Eduardo Gomes** informa que recebeu uma denúncia a respeito do uso
400. desordenado de água no rio Inhaúmas, afluente do Pacuí, no município de São João da
401. Lagoa. Pede que o IGAM e a Polícia Ambiental façam uma diligência para verificar a
402. denúncia. O **Conselheiro Paulo César Lima** manifesta sua preocupação em relação ao
403. sistema de esgotamento sanitário de Montes Claros. Lembra que o problema foi
404. levantado mais de uma vez, que o município se comprometeu a assinar um termo de
405. ajustamento junto ao Ministério Público. Diz que se negociou exaustivamente com o
406. município e com a COPASA e se chegou a um termo em relação ao cronograma de
407. execução das obras e do licenciamento. Há um acordo em relação ao cronograma e a
408. questões formais como multas. A Prefeitura já concordou com a proposta do TAC
409. desde a primeira hora e agora se está aguardando a manifestação da COPASA. Informa
410. que o mais interessante é a forma de condução do acompanhamento da execução das
411. obras. A idéia é constituir uma equipe de técnicos do Ministério Público, da COPASA
412. e da Prefeitura de Montes Claros para acompanhar e avaliar a execução e para ajudar
413. em alguns entraves burocráticos que possam surgir. Informa que o processo está
414. tramitando na COPASA e está demorando muito. Sugere que se chamem para a



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

415. próxima reunião os representantes da COPASA e da Prefeitura de Montes Claros para
416. apresentarem a situação atual da implementação do sistema de esgotamento sanitário.
417. Informa que o Ministério Público não está acompanhando porque o TAC ainda não foi
418. firmado em razão da morosidade interna da COPASA. O **Presidente** questiona em
419. relação à licença. O **Conselheiro Paulo Ribeiro** diz que desconhece, mas, pelo que
420. sabe, a licença ainda não foi dada. A Assessora Jurídica do NARC, **Carolina**
421. **Fagundes**, informa que a licença está em análise na Divisão de Saneamento da FEAM.
422. Foi feito um pedido de informações complementares de documentos que faltavam e já
423. foram entregues, tendo sido retomada a análise do processo. O **Conselheiro Paulo**
424. **Ribeiro** informa que a Prefeitura concorda em assinar o TAC e que o responsável da
425. parte Prefeitura é o Secretário de Planejamento Guilherme Guimarães. Sugere que ele
426. seja convidado. Pede a inclusão, na equipe de acompanhamento do TAC, da Prefeitura
427. de Capitão Enéas que altamente prejudicada pelo problema da falta de saneamento
428. causado pela COPASA no município de Montes Claros. Sugere também a inclusão de
429. outros municípios que tenham interesse direto. O **Presidente Dr. Shelley** diz que se
430. compromete a trazer a COPASA para esclarecimentos, mas antes vai pessoalmente
431. conversar com seu Presidente e ver o que está acontecendo. Compromete-se a trazer
432. também o pessoal de Saneamento da FEAM para se resolver de vez o problema da
433. licença ambiental, problema da COPASA, problema da Prefeitura e sair da próxima
434. reunião com tudo esclarecido. Inclusive com a participação do Ministério Público que é
435. o grande interessado no problema. Pede que se coloque o assunto na pauta da próxima
436. reunião. O **Conselheiro Eduardo Gomes** destaca que essa questão, desde a fundação
437. do COPAM, foi discutida, tornou-se prioridade para o COPAM Norte, e sugere que se
438. amplie o convite proposto pelo Conselheiro Paulo Ribeiro, estendendo-o, através do
439. Prefeito de Capitão Enéas, à AMAMS, de cuja diretoria faz parte, para que a entidade
440. se mobilize politicamente junto ao Governo do estado para que haja priorização,
441. porque não é uma obra apenas de Montes Claros. A obra tem uma extensão regional. O
442. **Presidente** diz que, na administração anterior, houve uma reunião, em dezembro de
443. 2004, com a presença da COPASA, que fez uma apresentação, e à qual a Prefeitura não
444. compareceu. Diz que havia um desentendimento sobre de quem era a responsabilidade
445. pela desapropriação do terreno. Com a nova administração isso ficou praticamente
446. resolvido e os piores obstáculos foram ultrapassados. Diz que achava que o processo
447. estava correndo. Sabia que ajustes estavam sendo feitos, mas não sabia do problema do
448. TAC e da COPASA. Diz que é o momento de se fazer um contato direto com o
449. Presidente da COPASA e trazer a COPASA até o Conselho, porque o projeto é muito
450. importante. O **Conselheiro Eduardo Gomes** informe que a Dra. Carolina está com
451. uma moção e pede que ela seja lida. O **Presidente** lê a moção: “O Governo do Estado,
452. a Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD, A
453. Fundação Estadual de Meio Ambiente - FEAM e o COPAM dão prioridade máxima
454. na análise de encaminhamento do processo de licenciamento da Estação de Tratamento
455. de Esgoto – ETE Montes Claros, visto tratar-se da mais importante obra de caráter
456. ambiental do Norte de Minas em toda sua história, com extensão de benefício para
457. dezenas de municípios e milhares de habitantes que sofrem há mais de 30 anos com a
458. contaminação das águas dos rios Vieiras, Verde Grande e São Francisco.” O Presidente
459. sugere que se acrescente a COPASA e Prefeitura. Continua: “que, independentemente
460. da instância de licenciamento, o COPAM Norte, órgão legítimo de gestão ambiental do
461. Norte de Minas, seja informado sobre o andamento do processo para que possa discutir



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

462. e expressar sua opinião sobre essa importante obra”. Colocada em votação, a moção é
463. **aprovada.**
464. **Item 14 - Encerramento**
465. Antes do encerramento com a apresentação cultural por Naiara Silvestre, o Presidente
466. agradece ao Prefeito pela recepção carinhosa, agradece a toda a sociedade, aos
467. Conselheiros, a todo o NARC e, destacando o novo padrão dos processos, parabeniza o
468. pessoal que fez o trabalho de modificação. Ainda chama as pessoas inscritas no livro,
469. mas ninguém estava presente. O **Prefeito** agradece dizendo que a cidade se sente
470. honrada por receber o Conselho e colocando à disposição para um trabalho conjunto.
471. O **Presidente** agradece e encerra a reunião. Segue-se a apresentação Cultural.
- 472.
473. Não havendo outros assuntos a serem tratados, declarou-se encerrada a sessão, da qual
474. foi lavrada a presente ata.
- 475.
476. Esta é a síntese da reunião do dia 16 de maio de 2006.
- 477.
- 478.